



Primeiro Editorial da **Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações** **Internacionais**

Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais foi criada pelos professores do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de Rio Grande (FURG) e se apresenta ao grande público com o objetivo de se tornar referência como veículo de divulgação de pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos na área das ciências humanas e aplicadas, particularmente Relações Internacionais, História, Ciência Política, Direito e Economia.

Este acontecimento poderia ser apenas mais um dos tantos que ocorrem nas universidades brasileiras todos os dias se não coincidissem com um dos momentos mais sensíveis que a nossa democracia brasileira já viveu - o golpe na administração da presidenta Dilma Rousseff e a transição de uma coalizão governista de centro esquerda para uma administração inclinada para a direita e com fortemente comprometimento com o neoliberalismo na economia e o conservadorismo nos costumes.

Processo análogo já se consolidou no Paraguai com a volta do Partido Colorado ao poder a partir de um processo de *impeachment*, que transcorreu em tempo recorde, do presidente – também de centro esquerda - Fernando Lugo e na Argentina com a assunção de Mauricio Macri em substituição a Cristina Kirchner, vinculada ao populismo peronista. Não obstante, observam-se sinais de dificuldade de manutenção do projeto da Frente Ampla no Uruguai.

Vivemos num momento de grandes transformações em que governos reformistas de centro esquerda - democraticamente eleitos - tem sido apeados do poder nos países latino-americanos, mesmo antes de terem concluído qualquer projeto de diminuição das desigualdades sociais e desconcentração de renda e riqueza. Este processo é extremamente preocupante para qualquer cidadão, embora seja um profícuo fenômeno político e social e, seguramente, se tornará objeto para futuros estudos.

Seguramente a **Campos Neutrais** tratará desse e de outros temas em seus próximos números já que a metodologia da política comparada está consolidada como uma das mais estimulantes para analisar países distintos; mas não somente,



também contribui para analisar fenômenos distintos que possam ser cotejados por semelhança ou por diferença. Contudo, nossa tarefa não é apenas comparar, como diria Giovanni Sartori é preciso *bem* comparar.

Neste primeiro número temos a satisfação de apresentar cinco artigos e uma resenha.

No texto “Ética e moral na contemporaneidade”, Dejalma Cremonese compreende a ética como os princípios, valores, hábitos e costumes que foram criados pelo homem para que pudesse viver em sociedade e, por outro lado, a moral está ligada a ações mais particulares, permeada de um forte apelo religioso. A ética é apresentada como uma categoria relativa e mutável de acordo com o tempo, o espaço e a cultura. O que pode ser antiético para uma comunidade pode ser bem-aceito para outra. A ética está sempre ligada ao “cuidado” com o outro. Por fim o autor descreve alguns argumentos sobre a evolução da moral na história do Ocidente, a começar pela medieval, moderna e contemporânea. A primeira segue a filosofia cristã, a segunda, a dimensão da técnica e da ciência, e, por fim, a dimensão da moral pós-moderna fundamentada no relativismo, no fim do esforço e da disciplina, no hiperindividualismo e no egocentrismo.

No artigo “Cultura política e democracia no Brasil dos anos 60”, Rodrigo Stumpf Gonzalez discute que a grande instabilidade política que o Brasil vive, com o afastamento de uma presidenta e a eleição de um ex-militar conhecido por elogiar o período ditatorial, não é uma novidade na história política do país. A década de 1960 também foi turbulenta no sistema político brasileiro. O autor questiona: até que ponto existia uma cultura política que sustentasse a democracia naquele período? Teria esta cultura se modificado ao longo do tempo, favorecendo o golpe? Tomando da concepção de Almond e Verba (1989) a noção de congruência, Gonzalez analisa o período democrático brasileiro entre as eleições de 1960 e o golpe militar de 1964, observando até que ponto se desenvolvia na sociedade brasileira uma cultura política democrática, capaz de dar suporte à manutenção do regime.

No trabalho “Qualidade da democracia no Brasil e confiança nas instituições políticas” Everton Rodrigo dos Santos e Fábio Hoffman analisam a acentuação do paradoxo entre a adesão ao regime democrático brasileiro e a baixa satisfação e confiança institucional. O apoio ao sistema político é compreendido dentro da estrutura teórica eastoniana, que percebeu nas dinâmicas do apoio difuso e específico um importante ingrediente para a estabilidade do sistema político. Os autores



mostram através de dados temporais do Latinobarômetro que o apoio ao regime democrático brasileiro cresceu desde quando foi iniciada essa medição para o Brasil, em 1995, enquanto que a satisfação com seu desempenho e a confiança dos brasileiros em relação às instituições políticas tem diminuído, consistentemente, ao longo do tempo. Os autores procuram fugir da monocausalidade apresentando um modelo complexo de compreensão para esses fenômenos.

No texto “La dinamica de la seguridad entre los grandes poderes y sus efectos en las relaciones em el ámbito de la defensa entre el hegemon y su región: El caso de los Estados Unidos y América Latina” Ezequiel Magnani relembra que desde o surgimento da doutrina Monroe, no fim do século XIX, até a queda do muro de Berlin, em 1989, os Estados Unidos da América objetivavam manter afastar da América as a influência das outra grandes potências. Neste sentido o autor sustenta que a disputa pelo poder entre as grandes potências continua sendo uma variável fundamental para analisar as relações no âmbito da política de defesa entre os EUA e o restante dos países da América.

No artigo “Dignidade e liberdade para viver: provocações teóricas sobre as políticas públicas de transferência de renda” Hemerson Pase, Claudio Corbo e Ana Patella discutem a potencialidade da política pública redistributiva de transferência de renda condicionada e focalizada incorporar os segmentos sociais excluídos da cidadania e da justiça. A hipótese de trabalho afirma que o Programa Bolsa Família contribui com a diminuição da pobreza, além de estimular os beneficiários para a busca do mercado de trabalho o que, contudo, indica exatamente sua insuficiência para incorporar os mais pobres à cidadania. Neste sentido os autores acionam o projeto Renda Básica de Cidadania como uma proposta de política pública que carrega a possibilidade de incorporar os mais pobres e excluídos à cidadania.

E por último, Maycon Y. N. Costa apresenta uma resenha do livro “Eleições e financiamento de campanhas no Brasil” escrito por Vitor de Moraes Peixoto.

Desejamos uma leitura prazerosa!

Hemerson Luiz Pase

Editor

Verão de 2019